



Índice

- 01** 2ª Turma do STF anula portaria do MJ que ampliou terra indígena no MA
- 02** Cerimônia indígena atrai sociedade
- 03** Sem salas, estudantes indígenas têm aula embaixo de árvore
- 04** Seminário de Gestão das Escolas Indígenas reúne cento e vinte pessoas
- 05** No Blog Questão Indígena: Lewandowski defende ocupação imemorial em Conferência Internacional
- 06** Ministério Público acaba com precedência para mineração em Terra Indígena e abre brechas para que novas empresas entrem no pleito
- 07** No apagar das luzes: Antes de sair presidente da Funai manda demarcar Terra Indígena em Sananduva
- 08** ORTIGUEIRA - MP-PR e polícia realizam operação para coibir roubos de carga
- 09** Curso de arbitragem solicitado por Aguilera deve formar 30 árbitros na Reserva Indígena
- 10** Kurusu Ambá: entre o despejo e a bala
- 11** Xokleng e a memória perdida: a história que é melhor não contar
- 12** Exposição "Brasil Indígena" tem último fim de semana de visitação
- 13** Deputado federal é absolvido da acusação de crime ambiental



- 14 A uma semana das eleições, Anglo manda e governo de Minas obedece
- 15 Articulação Popular São Francisco Vivo entrega representação ao MPF pedindo moratória para o Velho Chico
- 16 Início do projeto Minas-Rio é aprovado por conselheiros mudos
- 17 Com barco próprio, Corumbá fortalece atendimento nas regiões ribeirinhas
- 18 Governo garante terra e investimentos na agricultura para quilombolas de Goiás
- 19 Hidrelétrica no Tapajós é adiada para 2020
- 20 Indígenas fecham a PA-153 por melhorias na saúde
- 21 Reconhecimento e acesso aos direitos indígenas aumentam, mas profunda desigualdade persiste
- 22 Ruralista: você não nos alimenta e não nos representa!
- 23 UNFPA e SEPPIR abrem vagas para consultoria em Saúde da População Negra
- 24 Conselho do Ministério Público discute acesso à justiça para jovens negros
- 25 Governo Federal avança em reconhecimento da Comunidade Kalunga (GO)
- 26 Seca no Velho Chico atinge cidades baianas
- 27 Línguas indígenas buscam sua salvação na internet
- 28 Prefeito inaugura sede da Secretaria dos Jogos Indígenas e apresenta símbolos dos JMI 2015
- 29 Retenção de cartões pode levar comerciantes de Dourados a indenizar índios em R\$ 1,1 milhão



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

-
- 30** [Gestores municipais devem esclarecer falta de serviços públicos em comunidades quilombolas](#)



2ª Turma do STF anula portaria do MJ que ampliou terra indígena no MA
SÍTIO STF, 30.09.2014

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou a Portaria 3.508/2009, do Ministério da Justiça, que declarou a terra indígena Porquinhos como de posse permanente do grupo indígena Canela-Apãniekra e resultou na ampliação da área demarcada em data anterior à Constituição Federal de 1988. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29542, que foi provido pelo colegiado na sessão desta terça-feira (30).

No RMS, os municípios de Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra e Barra do Corda, todos no Maranhão, questionavam decisão do Superior Tribunal de Justiça que manteve a validade do ato ministerial. Para os autores do recurso, no julgamento do caso Raposa Serra do Sol – Petição 3388 –, o STF teria assentado a impossibilidade de ampliação das reservas indígenas já demarcadas.

Em seu parecer, a Procuradoria Geral da República frisou que a questão em debate no recurso é a possibilidade jurídica de ampliação de uma terra indígena que foi demarcada em 1979 – antes portanto da Constituição Federal de 1988 –, e homologada em 1993. A área, originalmente com 79 mil hectares, passou para 301 mil. Ao se manifestar pelo desprovimento do recurso, a PGR frisou entender que só é possível a revisão no caso de erro, que seria o caso dos autos.

A relatora do RMS, ministra Cármen Lúcia, votou pelo provimento do recurso. Ao rememorar o julgamento da PET 3388 e dos embargos de declaração opostos contra a decisão da Corte naquele caso, a relatora frisou que os ministros vedaram à União a possibilidade de rever os atos demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, ainda que no exercício de sua autotutela administrativa. A autotutela da administração pública – o dever/poder de anular atos ilegais e contrários aos interesses públicos e revogar os inconvenientes –, explicou a ministra, devem ser exercidos no prazo de cinco anos, conforme artigo 54 da Lei 9.784/1999, pelo que não se pode admitir ampliação administrativa dos limites de reserva indígena demarcada e homologada há mais de 30 anos. De acordo com a relatora, permitir essa pretensão debilitaria o princípio da segurança jurídica, fragilizando a confiança que se deve ter nos atos da administração.

A ministra disse entender que o ato apontado como coator (portaria do MJ) e a decisão recorrida (do STJ) se afastaram do que assentado pelo STF no julgamento da PET 3388. “A mudança de enfoque atribuída à questão indígena a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que marcou a evolução de perspectiva integracionista para a de preservação cultural do grupamento étnico, não é fundamentação idônea para amparar a revisão administrativa dos limites da terra indígena já demarcada, em especial quando já exaurido o prazo decadencial para a revisão dos atos administrativos”, afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Com esse argumento, e reconhecendo ter sido desrespeitada uma das condições estabelecidas pela decisão na PET 3388, que veda a ampliação de terras indígenas, a ministra votou pelo provimento do recurso para anular a portaria questionada.

Ao acompanhar a relatora, o ministro Gilmar Mendes ressaltou que a Corte deixou claro que não há impedimento para eventual expansão que se se fizer necessária, mas desde que respeitado o rito próprio que prevê a Constituição Federal, que é a expropriação.

MB/AD

Processos relacionados
RMS 29542



Cerimônia indígena atrai sociedade

SÍTIO TRIBUNA TOP, 30.09.2014

Aberto a toda sociedade, a inauguração da 'Loja de Arte Paiter' que aconteceu na última sexta-feira, foi atração cultural na cidade. No Centro de Formação Paiter Suruí estiveram famílias inteiras e também quem há muito tempo vive em Cacoal e hoje observa o desenvolvimento da comunidade indígena local. Após a solenidade, que foi conduzida pela Associação Metareilá presidida por Almir Suruí e que compuseram o dispositivo, os representantes dos parceiros do projeto Forest Trends, Ecam, Kanindé e Instituto Federal de Rondônia Campus de Cacoal – o espaço da loja foi inaugurado.

"A exemplo de outras lideranças indígenas estamos aprendendo que a cultura também pode trazer desenvolvimento econômico", disse Tonica Suruí, representante das mulheres Paiter Suruí. Os presentes puderam prestigiar apresentação da Cooperativa das Mulheres Yawanawá do Acre, dirigida pela indígena Júlia Yawanawá. "Nós somos 600 de um total de 900 na nossa comunidade. Trabalhamos com artesanato também e nossa região tem outros tipos de palha e por isso há diferença em nossa arte", comentou a presidente enfatizando ter sido este um momento de intercâmbio.

O diretor de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) Campus Cacoal, professor Davys Sleman de Negreiros, que prestigiou o evento contou que há tempos a instituição, que é parceira do Suruí, tem sido estudada para contemplar a comunidade indígena. "A certificação dos cursos e capacitação tecnológica será ampliada com a futura instalação da Unidade Educativa da Cultura Indígena aqui no centro de formação", explicou Davys.

Visitantes dos Estados Unidos

Comumente, as solenidades organizadas pelos Suruís no município de Cacoal atraem atenção de pessoas de outros países. Neste evento, Philip Covell que é dos Estados Unidos e representante da equipe Forest, antecipou que há alguns meses já estão sendo fotografadas as peças que comporão o catálogo virtual da loja. Para Maria Barcellos, conhecida com Maria dos Índios, o momento foi considerado histórico: a inauguração da primeira loja da etnia.

Oportunidade

O projeto que prima por iniciativas apontadas pelas mulheres Paiter Suruí e que visa maximizar as oportunidades de atividades econômicas ganha força e conta com o incentivo da Associação Metareilá e parceiros. "É a cultura indígena permeando através da arte em diversos países", pontuou.



Sem salas, estudantes indígenas têm aula embaixo de árvore

SÍTIO O PROGRESSO, 30.09.2014

Reserva tem mais de 800 crianças fora da sala de aula; secretária municipal consegue mais um escola para aldeia

Valéria Araújo

Estudantes não suportam o calor e más condições de um galpão improvisado e vão para debaixo da árvore para assistir as aulas na Reserva Indígena de Dourados. (Foto: Marcos Ribeiro) Estudantes não suportam o calor e más condições de um galpão improvisado e vão para debaixo da árvore para assistir as aulas na Reserva Indígena de Dourados. (Foto: Marcos Ribeiro)

Sem salas de aula, 60 alunos da Escola Indígena Tengatui Marangatu estudam embaixo de uma árvore, aos fundos do Posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) na Aldeia Jaguapiru em Dourados. Trata-se de duas salas do 9º ano que não encontraram espaço dentro da escola e a forma encontrada para que pudessem estudar foi um galpão improvisado, que não oferece estrutura básica para comportar uma sala de aula. Sem nenhuma ventilação, o local é abafado e faz com que os alunos não suportem o calor excessivo. Sem alternativa, eles vão para debaixo da árvore onde os professores improvisam a aula.

Além do calor, os alunos se deparam com a falta de água, banheiros e ainda disputam espaço com lagartas de árvore e morcegos que ficam instaladas em telhado sem forro do galpão. "Já aconteceu dos cadernos e livros dos alunos ficarem todos sujos com fezes e urinas de morcego", destaca o professor.

O aluno Claudinei Bruno diz que a situação é desestimulante. "Todos os dias penso em desistir de estudar. A gente passa sede, vontade de ir ao banheiro e muito calor. Quando venta, a poeira entra toda no galpão que está com os vidros quebrados. Quando chove os problemas aumentam porque há muitas goteiras e molha tudo lá dentro", lamenta.

A estudante Flávia Sepre Verá, diz que é muito cansativo e perigoso para os alunos ficarem o tempo todo atravessando a estrada para tomar água ou ir ao banheiro. "Gasta muito tempo, é arriscado estarmos fora do ambiente escolar, correndo o risco de atropelamentos e ações de criminosos", destaca a aluna.

De acordo com Comissão Indígena de Professores, hoje a escola Tengatui Marangatu tem 970 alunos, um excesso de cerca de 400 estudantes. Atualmente são duas salas mas, até o ano passado, cinco salas de aula funcionaram debaixo de árvores. "A direção da escola teve que espremer os alunos e fechar duas salas de aula. Também fechou cadastro para novas matrículas", destaca o professor Maximino Rodrigues.

CONT.



Segundo o perfil socioeconômico de Dourados 2012, cerca de 30% dos alunos matriculados desistiram ou reprovaram e as lideranças acreditam que o motivo são as péssimas condições nas escolas municipais.

De acordo com relatório de professores indígenas, a estimativa é de que 800 crianças estejam fora da escola por falta de vagas. De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza, venceu em 2012 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que a Prefeitura de Dourados teria que construir cinco novas salas de aula. Em 2013 e 2014 nada avançou e as lideranças indígenas decidiram que não mais dialogar. "Agora o caminho será a Justiça porque é inadmissível que crianças sejam tratadas como estão nas escolas públicas", destaca.

Para a liderança, todas as dificuldades são motivos de preocupação para as mães. "Hoje temos claro que a educação é o caminho para se conseguir uma vida mais digna. Vejo que quando os alunos não têm esta chance estão expostos a situações preocupantes como drogas e envolvimento em crimes. A educação está sendo negada aos alunos indígenas", destaca. Estudante reclama das dificuldades inclusive na hora de beber água. (Foto: Divulgação)

Outro lado

A secretária de Educação de Dourados, Marinísia Mizoguchi, reconhece as superlotação dentro da Reserva, mas diz que desconhece o fato dos alunos estarem estudando embaixo de uma árvore. Ao O PROGRESSO ela explica que, em recente reunião com a secretária estadual de educação Nilene Badeca, conseguiu que ela cadastrasse mais uma escola para a aldeia de Dourados.

No entanto, para se tornar realidade, esta nova escola cadastrada precisará de investimentos federais. A secretária também diz que vão pedir ao Estado para que ceda quatro salas da escola Guateka para os alunos da Tengatui e verificar a possibilidade de novas escolas construídas pelo Estado em parceria com a Prefeitura. "A responsabilidade por estes alunos é do Município, Estado e União e temos que juntos dar uma solução para isto", destaca.



Seminário de Gestão das Escolas Indígenas reúne cento e vinte pessoas

SÍTIO PORTAL O NORTE, 30.09.2014

Com população de mais de cerca de 15 mil indígenas, o Tocantins tem como um dos objetivos na educação garantir a estes povos acesso a escolas e ao conhecimento. Neste sentido, com o objetivo de mostrar ações diferenciadas também na educação indígena, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc) realizou em Itacajá, na última segunda-feira, 29, o I Seminário de Gestão das Escolas Indígenas.

A programação, organizada pela Diretoria Regional de Gestão e Formação (DRGF) de Pedro Afonso, teve formato semelhante aos seminários de gestão escolar realizados com as unidades de ensino regular do Estado, com palestras, apresentações culturais e mostra de ações que vêm dando resultados dentro e fora das salas de aula nas aldeias da região. Durante o evento, que contou com a participação de cerca de 120 pessoas, diretores de escolas, professores e coordenadores pedagógicos trocaram experiências que sobre os projetos realizados em cada uma das unidades escolares da região.

A secretária de Estado da Educação e Cultura, Adriana Aguiar, destacou a necessidade de se implantar ações que atraíam a atenção dos alunos tanto para as disciplinas formais, como para aquelas voltadas especificamente para a cultura indígena. "As comunidades indígenas, assim como as demais, precisam de atividades que incentivem o acesso às escolas. Promover ações diferenciadas para os alunos das aldeias pode ser um diferencial para manter estas crianças em sala de aula e garantir um futuro para todos", disse.

A diretora regional de Ensino de Pedro Afonso, Maria de Fátima Câmara, falou da troca de experiências entre alunos e professores de diferentes aldeias e de suas ações inovadoras. "O Seminário veio em boa hora, a fim de robustecer as ações nas escolas, além da valorização dos profissionais, pois os mesmos são comprometidos com os projetos e muitas vezes não há espaço suficiente para a divulgação dos resultados de seus trabalhos", completou.

Ações inovadoras

O professor Renato Yaré desenvolve com seus alunos na Escola Indígena 19 de Abril um projeto chamado "Maco Literário", que faz referência ao cesto artesanal utilizado para carregar de alimentos e utensílios, também conhecido como cofo. O projeto visa despertar nos alunos o interesse pela leitura e a interpretação textual, tanto na língua materna, quanto na Língua Portuguesa. "O Maco é utilizado nos momentos de leitura na sala, no pátio, nas casas e em rodas de leitura, com o intuito de uma posterior socialização do que foi lido, proporcionando a perpetuação dos costumes e tradições indígenas além de fortalecer o apreço pela leitura", explicou.

Já o estudante Hélio Kêncapre Krahô, do 2º ano do ensino médio da Escola Indígena Xepjaka – Aldeia Campos Limpos, destacou o projeto chamado Lixo: Haverá Amanhã?, que visa a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

preservação do meio ambiente nos arredores da escola. "Além de educar as crianças em relação à reutilização do lixo, é muito importante para a nossa aldeia que todos cresçam sabendo da importância que o meio ambiente tem para nós, e é bom poder ver que todos tem levado o projeto a sério", frisou. (Fonte: Ascom Seduc)



No Blog Questão Indígena: Lewandowski defende ocupação imemorial em Conferência Internacional

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 30.09.2014

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, ressaltou na reunião da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP) a garantia da permanência dos povos indígenas em terras de posse imemorial (permanente) como atos relevantes da Suprema Corte Brasileira. A conferência aconteceu no último domingo (28), em Seul (Coreia).

Lewandowski é profundamente confuso sobre esse assunto. Há menos de um mês, o ministro foi voto vencido em decisão que desqualificou a posse imemorial como fundamento para novas demarcações. Veja aqui. Durante o julgamento do caso Raposa Serra do Sol, Lewandowski foi um dos ministros que ressaltou a importância do marco temporal de 5 de outubro de 1988 para a segurança jurídica das demarcações. Relembre:

O tema foi abordado na conversa entre Ricardo Lewandowski e os juízes que participam do evento em Seul. Na reunião, também ficou definido que o próximo seminário internacional da conferência, em novembro de 2015, será realizado no Brasil.

A reunião da CJCPLP ocorreu paralelamente ao 3º Congresso Mundial sobre Justiça Constitucional, evento promovido pela Corte Constitucional da República da Coreia, que acontece até hoje (30).

O congresso reúne cortes constitucionais de 92 países de quatro continentes e tem como objetivo promover o compartilhamento de experiências e facilitar o diálogo entre juízes constitucionais em uma escala global. Neste ano, o foco é examinar como as cortes constitucionais lidam com a integração e o conflito social. Além da programação jurídica e acadêmica, o congresso também contará com uma série de cerimônias oficiais e agenda diplomática.

O ministro Ricardo Lewandowski participou da abertura oficial do congresso, ao lado do presidente da Corte anfitriã, Park Han Chui, do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, e do presidente da Comissão de Veneza, Gianni Buquicchio.

No domingo (28), o presidente do STF foi recebido reservadamente pelo presidente da Corte Constitucional da Coreia do Sul, Park Han Chui, quando respondeu a diversas perguntas de Han Chui sobre a estrutura da Justiça brasileira e a organização do STF. À noite, o ministro Lewandowski participou de jantar oferecido pelo primeiro-ministro da República da Coreia, Chung Hongwon.

Congresso mundial O Congresso Mundial sobre Justiça Constitucional é organizado em parceria
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

com a Comissão Europeia para Democracia através do Direito. Esta comissão, também conhecida como Comissão de Veneza em razão da cidade onde usualmente se reúne na Itália, é um órgão consultivo da União Europeia sobre temas constitucionais. É composta de especialistas independentes nomeados pelos estados-membros, que se reúnem quatro vezes por ano em Veneza, em sessão plenária, a fim de aprovar pareceres e promover a troca de informações sobre desenvolvimentos constitucionais. O Brasil aderiu à Comissão de Veneza em abril de 2009.



Ministério Público acaba com precedência para mineração em Terra Indígena e abre brechas para que novas empresas entrem no pleito
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 30.09.2014

Apenas três exemplos: Da esquerda para direita, Terras Indígenas Alto Rio Negro, Yanomami e Raposa Serra do Sol. Os retângulos são solicitações de pesquisa mineral. Os amarelos são ouro, diamante e nióbio

Atendendo a uma solicitação do Ministério Público, a Justiça Federal, determinou que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) indefira todos os pedidos de registro de exploração mineral em terras indígenas do estado de Roraima. A decisão acaba com a suspensão dos requerimentos e com o direito de preferência sobre a mineração em tais áreas. A decisão abre brechas para que qualquer empresa nacional ou internacional adquira a preferência pelas autorizações de mineração no estado.

Na ação civil pública, o MPF defendeu que não há respaldo legal para o deferimento desses pedidos, uma vez que a Constituição Federal exige a regulamentação do assunto por lei e, até o momento, não existe nenhuma legislação que discipline a forma especial de exploração de atividade mineral dentro de terras indígenas. Os pedidos dependem também de autorização do Congresso Nacional específica para cada hipótese de requerimento de lavra, além de consulta prévia, livre e informada dos indígenas, com caráter resolutivo.

Existem em Roraima mais de 1,2 mil registros de pedido de extração mineral em área indígena, pendentes de manifestação que geraram precedência para eventual autorização de lavra por parte do DNPM, órgão do Ministério das Minas e Energia.

Ao atender o pedido do MPF, o texto da decisão reconhece que o DNPM tem fomentado expectativas de direito e provável lobby sobre a regulação de mineração. "Ao decidir pelo sobrestamento e não enfrentar o ônus da negativa, ao não desconstituir a sua fila de futuros exploradores de minério em terra indígena, o DNPM colocou os povos indígenas do estado em situação de insegurança jurídica, sob a pressão de que os interessados detentores de preferência venham a exercer o seu direito".

Desta forma, a Justiça Federal julgou ilegal a suspensão dos processos pelo DNPM, impondo o cancelamento dos requerimentos e o indeferimento dos pedidos já existentes no prazo de 60 dias. Quanto a futuros pedidos, foi determinada a imediata análise e indeferimento, até que seja mantida a situação de ausência de lei federal que regule o tema ou autorização do Congresso Nacional.

Por telefone, o superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral, Eugênio Tavares, disse que não foi notificado oficialmente pela Justiça sobre a determinação com base na ação ajuizada pelo Ministério Público Federal em Roraima.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Tavares ressaltou ainda que "exploração em área indígena é completamente ilegal e assunto da Polícia Federal e da Fundação Nacional do Índio (Funai)". "Recebi há algum tempo uma sugestão para dar baixa nos requerimentos. Se há uma determinação, passarei para os meus superiores e atenderemos. Mas, sugestão não atenderemos. Vou aguardar a notificação oficial", disse.



No apagar das luzes: Antes de sair presidente da Funai manda demarcar Terra Indígena em Sananduva

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 30.09.2014

Na sexta-feira passada o jornal O Globo anunciou que a presidente da Funai, Guta Assirati, deixará o governo essa semana. Mas parece que antes de sair, Assirati deixará seu pacotinho de maldades. O Diário Oficial de hoje, 29 de setembro, traz duas portarias criando grupos de trabalho para seguir a demarcação de duas terras indígenas, uma delas a Terra Indígena do Passo Grande do Rio Forquilha, em Sananduva. Veja a íntegra da Portaria:

PORTARIA Nº 1.119, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

A PRESIDENTA INTERINA DA FUNDAÇÃO NACIONAL ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.788/2012, combinado com o disposto no Decreto nº 7.689/MPOG/2012, e com a Portaria nº 435/Casa Civil/PR, publicada no DOU de 10/06/2013 e, considerando os procedimentos de regularização fundiária da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha; resolve: -

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com a finalidade de realizar o levantamento e avaliação de benfeitorias em ocupações não indígenas, situadas na Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, localizada nos municípios de Sananduva e Cacique Doble, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Designar para compor o Grupo Técnico os servidores João Henrique Cruciol, Indigenista Especializado, Assistente Técnico CGAF/DPT, Coordenador dos trabalhos; César Augusto Stein, Engenheiro Agrônomo, CR de Passo Fundo; Waldecir Dysarz, Técnico em Agricultura e Pecuária, CR de Passo Fundo; Cleomir Antonio Zaparoli, Chefe da CTL de Cacique Doble; Alvaci Salles Ribeiro, Técnico em Agricultura e Pecuária, CTL de Guarapuava; Jorge Luiz Carvalho, Chefe da CTL de Porto Alegre.

Art. 3º Autorizar o deslocamento do Grupo Técnico à Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, e às cidades de Passo Fundo, Sananduva e Cacique Doble, concedendo o prazo de 40 dias para execução do levantamento de campo e apresentação do material técnico resultante da avaliação das benfeitorias, acompanhado do relatório fundiário, a contar de 06/10/2014.

Art. 4º As despesas para execução do levantamento e o deslocamento do Grupo Técnico, correrão à conta do Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, PO: Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas, PTRES 063693, PI 23REG.

Art. 5º Determinar que a Coordenação Regional de Passo Fundo, preste o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Art. 6º Justificar que a presente missão está inserida no âmbito das ações prioritárias desta Fundação, cuja interrupção comprometerá a continuidade de atividades imprescindíveis da FUNAI, no processo de regularização fundiária da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI



ORTIGUEIRA - MP-PR e polícia realizam operação para coibir roubos de carga
SÍTIO MP/PR, 30.09.2014

Cinco pessoas foram presas em operação realizada na madrugada desta terça-feira (30 de setembro), em Ortigueira (município da Região Centro-Leste do Estado). A ação, realizada pela Promotoria de Justiça da Comarca, com apoio de unidades de elite da Polícia Civil do Paraná e da Polícia Rodoviária Federal, teve por objetivo desarticular um grupo responsável por assaltos a veículos que transportavam cargas naquela região.

Na operação foram apreendidas também três armas de fogo. Os detidos ainda são acusados de outros crimes: dois tinham preventivas pendentes, por homicídios e três foram autuados por posse ilegal de arma de fogo.

A ação é desdobramento da investigação deflagrada pela Promotoria de Justiça de Ortigueira, que apura o caso envolvendo dois indígenas procurados por participação em um homicídio, que teve como motivação o roubo de uma motocicleta. No decorrer da apuração, que contou com o apoio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos – área das Comunidades Indígenas, ficou caracterizado o envolvimento de uma liderança da aldeia, que foi presa antes do início da operação. Após a prisão do líder indígena, os dois homens, que já eram procurados por homicídio, refugiaram-se na mata e organizaram o grupo que realizava os roubos de carga.

Os detidos estão à disposição da Justiça da comarca.

Informações para a imprensa com:
Assessoria de Comunicação
Ministério Público do Paraná
(41) 3250-4228 / 4226 / 4439



Curso de arbitragem solicitado por Aguilera deve formar 30 árbitros na Reserva Indígena

SÍTIO REPÓRTER MS, 30.09.2014

Após solicitação do vereador indígena Aguilera de Souza (PSDC), a FFMS (Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul), através do presidente, Francisco Cesário, garantiu a realização de um curso inédito de formação de árbitros de futebol, exclusivo para a comunidade indígena de Dourados.

Serão oferecidas 30 vagas para homens e mulheres que moram nas aldeias Bororó, Panambizinho ou Jaguapiru. O curso de capacitação será ministrado por profissionais experientes da FFMS e terá início no próximo dia 11 de outubro, sendo sediado na Vila Olímpica Indígena de Dourados.

“É muito importante para nossa gente esse tipo de formação. Temos 14 mil índios na nossa cidade e nossos campeonatos de futebol reúnem mais de 40 equipes. Por isso, precisamos desse incentivo. É uma oportunidade para nossos jovens e adolescentes exercerem uma atividade de destaque no cenário nacional. Agradecemos ao Secretário Coca e ao Presidente Cesário por oportunizar essa condição aos nossos irmãos”, afirmou o vereador Aguilera idealizador do curso.

Na Reserva Indígena ocorrem campeonatos e torneios periodicamente nos campos espalhados pelas aldeias. Na maioria deles, a arbitragem é feita por um profissional de educação física que ainda não tem a especialização em arbitragem. São centenas de times, masculinos e femininos, que chegam a disputar mais de duas dezenas de campeonatos realizados aos sábados e domingos ao longo do ano.

Ainda segundo Aguilera, a ideia é que futuramente tenhamos índios arbitrando jogos profissionais. “Quem sabe esse curso estimule o surgimento de novos árbitros, podemos ter indígenas apitando jogos profissionais da Série A e B do campeonato estadual”.

As inscrições podem ser realizadas até a próxima sexta-feira (03) na Vila Olímpica Indígena, com Josias, ou na sede da Coordenadoria Especiais de Assuntos Indígenas, com Gersinho. No próximo sábado (04), a Federação já deve convidar os inscritos para atividades no Estádio Chavinha, em Itaporã.



Kurusu Ambá: entre o despejo e a bala

SÍTIO CIMI, 30.09.2014

Na tarde desta segunda feira, 30, dois representantes do povo Kaiowá, pertencentes ao grupo de famílias que retomaram um pequeno espaço do território tradicional de Kurusu Ambá, localizado em Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, compareceram ao prédio da Justiça Federal de Ponta Porã, onde participaram de uma audiência referente ao pedido de reintegração de posse encaminhado na última quinta-feira, dia 25, realizado pelos fazendeiros da região contra os indígenas.

Há exatamente uma semana atrás, dia 22, cerca de 250 indígenas retomaram uma pequena parte de seu território sagrado, conhecido como Kurusu Ambá buscando ocupar porções de terra para poderem iniciar o plantio de seus alimentos e desta forma cessar a fome que há muito tem lhes acompanhado e causado permanentes danos.

Nas entrelinhas das falas dos fazendeiros presentes na audiência, a confirmação de que a violência espreita de perto as famílias Kaiowá em Kurusu Ambá. Já fazem cinco dias que os indígenas vêm denunciando a presença de grupos armados, levados por veículos até uma fazenda vizinha da sede onde os Kaiowá encontram-se acampados. Na juíza, sob alegação de que a segurança dos indígenas estaria fora de seu controle, os proprietários das fazendas que ingressaram com o pedido de reintegração de posse deixaram claro que existe de fato um grupo articulado para retirar os indígenas da área.

Os Kaiowá afirmam que este grupo de capangas fica à espreita, em especial à noite e que os jagunços estão tentando atizar o fogo em sua Opy (Casa de Reza) para enfraquecer a retomada.

Durante a audiência, a juíza propôs tentativa de acordo entre indígenas e fazendeiros, porém ainda não foi possível construir o consenso. A Funai sugeriu o estabelecimento de uma "faixa de amortecimento" entre as partes, garantindo uma diminuta área de lavoura para as famílias indígenas poderem plantar seus alimentos, ficando esta faixa protegida das investidas dos fazendeiros. Já o advogado dos indígenas propôs que para além do estabelecimento de tais limites, seja determinado pela juíza um prazo específico para que a Funai acabe os estudos referentes à tradicionalidade da terra indígena, já em andamento, e conclua a demarcação de Kurusu Ambá, definindo a questão e garantindo o direito efetivo do povo Kaiowá. Enquanto isso os representantes dos fazendeiros exigiam que o pedido de reintegração fosse executado imediatamente.

A liderança indígena presente na audiência, que por motivos de segurança prefere não se identificar, relatou à juíza que não poderia tomar nenhuma decisão sem ser consultada a totalidade de sua comunidade. Foi concedido aos indígenas um prazo: até sexta-feira, dia 03 de outubro, para que os Kaiowá de Kurusu Ambá se manifestem definitivamente quanto às suas intenções.

CONT.



As lideranças Kaiowá, durante toda a audiência, foram firmes em garantir que não abdicarão de sua terra tradicional e que não recuarão nem frente à polícia, nem frente à jagunços armados. Enquanto correm os ponteiros, o perigo de uma ordem de despejo se torna iminente e os canos das armas continuam apontados contra as famílias indígenas, sem nenhum sinal de que os mesmos contarão com algum tipo de segurança. Desde 2007, mais de dez indígenas perderam suas vidas em tentativas de retomada deste mesmo território.

Enquanto no horizonte se anuncia para o povo Kaiowá nova tragédia, seja em forma de despejo ou da violência dos jagunços, a demarcação da terra de Kurusu Ambá, única solução real para o problema fundiário, continua paralisada e sem perspectivas de retomar seu curso. Enquanto isso, mães, pais, rezadores, velhos e crianças buscam o direito à vida plena e digna, convictos na esperança de terem morada em seu próprio território, e poderem viver tranquilos e em paz em sua terra tradicional.

Leia mais sobre o caso de Kurusu Ambá:

Cansados de passar fome, 250 indígenas Kaiowá retomam parte do território ancestral de Kurusu Ambá

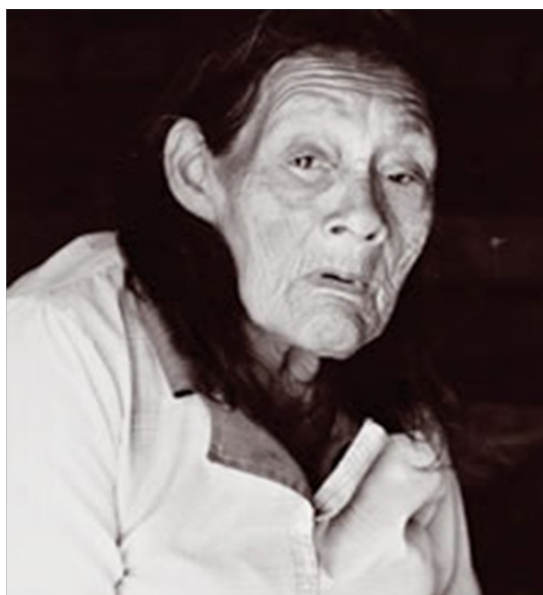
Grupos armados rondam famílias Kaiowá da aldeia Kurusu Ambá, indígenas temem novos ataques

Confira aqui o depoimento do Guarani Kaiowá:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=JP1Cx17JEko

Xokleng e a memória perdida: a história que é melhor não contar

SÍTIO CIMI, 30.09.2014



Velha Índia Aíu (Xokleng), abril de 1997.

<http://www.las.ufsc.br/index.php/nucleo-de-estudos-de-populacoes-indigenas-nepi>

Neste mês de setembro completou exatos 100 anos que um grupo de indígenas Xokleng resolveu aceitar a proposta de paz proposta pelo Estado brasileiro. Trata-se do grupo Laklãnõ que atualmente vive no alto vale do Itajaí. Outros grupos Xokleng optaram em manterem-se livres em seu território e por esse motivo não foram “protegidos” pelo Estado. Massacrados por bugreiros, colonos e fazendeiros, foram dizimados, restou um pequeno grupo em Porto União-SC.

Muito se tem enaltecido funcionários do Estado brasileiro e o próprio Estado pela relação estabelecida no momento da “pacificação” e pela atenção dispensada ao longo de 70 anos. A exaltação é, no geral, narrada por quem se beneficiou do processo do ponto de vista econômico ou social. É recomendável uma revisão bibliográfica a partir do ponto de vista indígena, um recontar e refazer da história para que a paz seja de fato estabelecida e que de alguma maneira possa também os indígenas possam ser beneficiados. Ocorre que 100 anos é uma pequena fração de uma história milenar, que remonta a mais de quatro mil anos, já datada pela ciência moderna, certamente os mais cruéis e violentos.

As relações que marcaram os indígenas Xokleng com os não indígenas no século XX não podem ser contadas em poucas linhas, tampouco filtradas pela amnésia intencional daqueles que sabem de suas responsabilidades quanto a violência impetrada e preferem o esquecimento.

CONT.



A alusão aos 100 anos de contato poderia ser marcada pela lembrança de uma nova relação amistosa estabelecida entre indígenas e sociedade regional. No entanto, as marcas da violência continuam porque a história não está concluída, a pacificação está inconclusa. Segundo depoimento de indígenas o "contato foi praticamente forçado, porque, ou os indígenas aceitavam o contato ou seriam todos dizimados! Então, a luta é de 100 anos de história, e hoje ainda existe a arma que nos fere, e essa arma é a caneta, aquela caneta que assina as leis, e às vezes ela corta os nossos direitos e aí eu digo pra toda a nossa juventude, que nós temos um caminho pra se defender, o caminho da educação, o caminho de aprendizado e do aprimoramento naquilo que fazemos para que possamos conhecer as leis que nos protege".

O Estado brasileiro, envergonhado que estava diante das atrocidades que eram cometidas contra indígenas, criou em 1910, o Serviço de Proteção aos Indígenas (SPI). Uma agência de princípios humanitários e disposta a inovar, criar novas relações com os povos indígenas. Uma das primeiras atribuições desse serviço foi pacificar – nome cunhado da literatura de guerra que significa estabelecer a paz. Partia-se de um pressuposto que havia uma guerra declarada, na visão das companhias colonizadoras os Xokleng fariam guerra contra os não indígenas, na perspectiva indígena era exatamente o contrário, ou seja, as frentes de colonização invadiram o território indígena e declararam guerra.

O Estado, personificado no SPI, conferiu a responsabilidade de mediar a paz. Todavia, o SPI representava uma das partes, não cabia a ele a mediação, a ele cabia sim retirar os invasores e impedir que continuassem invadindo, fez justamente o contrário, legalizou a invasão e reduziu o território do povo invadido a uma minúscula fração do mesmo. E fez mais, criou uma estrutura administrativa, política e ideológica para manter os indígenas confinados na reserva. A pacificação em seu fim último significou a proteção aos invasores e o reconhecimento das terras roubadas como legítimas. Seu objetivo não era a proteção indígena, ao contrário, era proteger a sociedade regional de uma pressuposta agressão indígena. Agravava-se o fato da legislação brasileira, inclusive a Lei 601 de 1850, época do Império, reconhecer o direito indígena sobre seus territórios, mas depois agir contra a lei, leiloando as terras indígenas ou os expulsando.

A paz que nunca chegou

A paz proposta pelo SPI aos Xokleng em 1914 nunca se materializou, ao contrário, a violência continuou, agora de maneira institucional. O século 20 pode ser caracterizado como um dos mais violentos contra os povos indígenas no Brasil justamente porque a prática era institucionalizada, era oficializada e legalmente amparada pelo regime tutelar a que eram submetidos os indígenas. A tutela era a extensão da guerra, era a impossibilidade de reação, o sentido mais desumano que se pode aplicar a um povo, tolher a liberdade e impedir que reajam.

Assim se processou por longos 70 anos. Impedidos de falar a língua e manifestar-se culturalmente eram submetidos a severas jornadas de trabalho imposto como disciplina e castigo. Diante do poder opressor do Estado nada podiam.

As poucas terras reservadas como acordo de pacificação, foram sendo reduzidas, dos cerca de
CONT.



40 mil hectares reservados no início do século restou aos Xokleng menos de 15 mil. Acordos, negociatas e abusos foram marcas no processo de roubo das terras. Em 1963, uma invasão é organizada por empresários regionais com centenas de famílias camponesas para roubar os últimos 15 mil hectares. Sozinho e sem apoio, as lideranças indígenas se deslocaram a pé até capital do estado para denunciar e cobrar uma solução. Apenas em 1998, a revisão dos limites com a possível retirada dos invasores começa a ter um fim. Porém o processo encontra-se em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) devido a uma Ação Civil Ordinária (ACO 1100) impetrada pelo estado de Santa Catarina, empresas madeireiras e outros ocupantes.

“Vejam 100 anos se passou, nós somos um povo forte, e com esse frio todo e nos estamos aqui. Nós temos algumas leis que defende a comunidade indígena. Essas conquistas foram por causa das lideranças anteriores, e também pelas nossas forças. Porque não pense, que tudo o que temos hoje dentro na terra indígena, foi oferecido pra nós, fomos buscar, nós conquistamos, nós temos, casa, posto de saúde, mas não foi ninguém que ofereceu pra nós, fomos nós que conquistamos!”

Outra variante da prática abusiva do SPI foi considerar as terras Xokleng como de sua propriedade. Durante os governos militares, o órgão indigenista autorizou a construção de uma barragem para contenção de cheias no vale do Itajaí, protegendo as cidades de Ibirama, Indaial, Blumenau e Gaspar das enchentes e deixando aos indígenas um lago lamacento e podre. Mais de mil hectares de terras na várzea do rio ficaram submersas, as melhores e justamente onde se encontravam suas aldeias. Até hoje não foram devidamente indenizados e sofrem com os acessos. Basta um pouco de chuva para a escola e aldeias ficarem ilhadas. Uma aldeia está condenada erosão provada pela variação do nível da água

Herói pacificador para alguns, vilão para outros

A sociedade regional reconhece Eduardo de Lima e Silva Hoerhan como o herói pacificador, aquele que teve a audácia de estabelecer o contato e conviver com esse povo por praticamente meio século. Foi ele quem garantiu a tranquilidade para a sociedade regional, que impediu aos indígenas circularem por seu território tradicional, também foi o responsável por introduzir os valores e costumes das sociedades ocidentais no seio desse povo.

No entanto, na memória Xokleng não há heroísmo. Inclusive questionam o fato dos Kaingang terem sido ignorados ao longo da história, quando eles foram os protagonistas do contato, já que eles conseguiam se comunicar com os Xokleng na língua materna.

As atrocidades cometidas pelo chefe de posto seguem na memória do povo conforme relato de indígenas que afirmam que, em alguns momentos o Eduardo ajudou os índios, mas a ajuda dele foi muito menor, do que ele massacrou os índios. “Meu avô trabalhava para o Eduardo, e contava o que o ele fazia com os índios, um dia Eduardo chamou meu avô, e como ele se demorou um pouco e quando ele estava chegando, o Eduardo mandou ele parar, e mandou ele ficar ali, e o utilizou como um alvo, e começou a dar vários tiros, e um tiro acertou a orelha do meu avô, que ficou sem um pedaço da orelha, então meu avô contava que o Eduardo disse pra ele: eu só fiz isso pra treinar a minha arma nova. Então hoje nos não contamos pro

CONT.



nossos alunos, que o Eduardo foi um herói, porque ele judiou muitos dos índios, massacrou muito os índios, porque a história que nós ouvia do meu avô, meu tio sempre contou também e outro mais velho também contava, que foi muito sofrido”, tal como narra um dos indígenas.

Para concluir um processo de paz

A paz é resultado da reconciliação. A reconciliação não se faz pelo esquecimento. A eliminação da prática da tutela e a superação do modelo opressor do estado militar na década de 1980 significaram importante passo na construção da pacificação. No entanto, a paz ainda é um projeto utópico.

A devolução das terras e a reparação dos danos causados pela barragem norte poderão significar um importante passo rumo a consolidação do processo de pacificação. Nesse caso ela deverá ocorrer de acordo com o pensamento indígena, ou seja, os não indígenas devem ser pacificidades.

O recontar da história a partir da memória indígena, processo que a escola tem relevante papel pelo poder de incidir em crianças e jovens, poderá significar um importante elemento de revisão dos registros históricos que enaltecem vilões como heróis e falseiam os dados e informações para evitar que a memória cumpra com seu papel de mobilizadora das sociedades. Enquanto continuam lutando para melhorar a educação, para ter profissionais indígenas na comunidade, para que os seus filhos/as e netos/as possam mais cedo ter aquilo que eles tanto desejam que é educação, saúde e a terra.

Exposição "Brasil Indígena" tem último fim de semana de visitação
SÍTIO GUIA UOL, 30.09.2014



Exposição "Brasil Indígena - Herança e Arte" fica em cartaz até 5 de outubro, com entrada gratuita

O Centro de Arte Popular - Cemig, localizado no bairro de Lourdes, recebe até este domingo (5) a exposição "Brasil Indígena - Herança e Arte". Ao todo são 74 peças, representando 22 etnias.

A exposição é dividida em duas classes de artefatos etnográficos. Na primeira delas, é possível conhecer utensílios de madeira, cerâmicas, cordões, tecidos, armas, bancos e trançados que representam atividades de subsistência, de agricultura, caça, pesca e de uso doméstico.

Já na segunda classe estão artefatos ligados a rituais mágicos e lúdicos, como adornos plumários, máscaras e instrumentos musicais. Todo o acervo faz parte do Centro Cultural de Arte Indígena do Brasil.

A mostra "Brasil Indígena - Herança e Arte" tem entrada gratuita e pode ser vista de terça a domingo, na Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Popular - Cemig.
Evandro Baccara Kelmer

Serviço

Exposição "Brasil Indígena - Herança e Arte"

Quando: até domingo (5) - visitação: terças, quartas e sextas, de 10h às 19h, quintas, de 12h às 21h, e aos sábados e domingos, de 12h às 19h.

Onde: Centro de Arte Popular da Cemig (Rua Gonçalves Dias, 1608 - Lourdes)

Quanto: entrada gratuita

Mais informações: (31) 3222-3231 | centrodeartepopular@cultura.mg.gov.br



Deputado federal é absolvido da acusação de crime ambiental

SÍTIO STF, 30.09.2014

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) absolveu, por maioria de votos, o deputado Bernardo de Vasconcellos Moreira (PR-MG) da acusação de crime ambiental pela aquisição de carvão vegetal com notas fiscais falsas e de formação de quadrilha. Ao votar pela absolvição do deputado com fundamento no artigo 386, inciso V, do Código de Processo Penal (CPP), o relator do processo, ministro Luiz Fux, entendeu que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais não obteve provas que comprovassem a prática de crime. A decisão foi tomada nesta terça-feira (30) no julgamento da Ação Penal (AP) 611.

Segundo a denúncia, quando diretor florestal da RIMA Industrial S/A, o deputado teria adquirido 582 cargas de carvão vegetal acobertadas por notas fiscais materialmente falsas. De acordo com os autos, o carvão produzido a partir do desmate ilegal, extraído de floresta nativa, foi transportado e comercializado como se fosse originário de floresta plantada, com o conhecimento dos compradores. O objetivo seria o de obter vantagem pecuniária em função do não recolhimento da taxa florestal e da realização da reposição ambiental em menor escala.

Da tribuna, o advogado do deputado alegou que a empresa não utiliza carvão nativo pois, apesar de mais barato, é incompatível com a atividade da empresa, que precisaria de carvão uniforme para realizar a produção de magnésio. Afirmou, ainda, que não haveria motivação econômica para a prática do crime.

No entendimento do relator, a acusação de que o deputado teria inserido ou sido conivente com a inserção de dados falsos sobre a natureza do carvão nos documentos fiscais com o objetivo de cometer delito fiscal e ambiental não foi comprovada. No entendimento do relator, as provas testemunhais demonstraram a inexistência de crime.

Afirmou também que os trechos gravados das conversas do acusado com representantes do Ministério Público formam um ambiente contraditório ao acolhimento da condenação. O relator destacou que o acusado se negava a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), afirmando ser inocente, sem que o Ministério Público conseguisse confirmar a denúncia e que a condenação deve se basear em provas claras, e não em indícios.

“A condenação deve provir de casos claros como a água e a luz, o que incorre no caso sub judice, por não haver prova de que ele concorreu para a prática do delito”, propôs o relator.

Ficou vencido o ministro Marco Aurélio, que entendeu terem ocorrido transgressões às normas ambientais. De acordo com ele, ficou comprovado que houve falsificação de documentos fiscais e ambientais para simular a aquisição de carvão de floresta plantada em lugar de carvão de mata nativa.



A uma semana das eleições, Anglo manda e governo de Minas obedece

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014

“Não precisamos fazer o correto”, disse conselheiro do COPAM durante a reunião da URC-Jequitinhonha que votou ontem, 29 de setembro, a concessão da Licença de Operação (LO) para a mina do projeto Minas-Rio, da mineradora Anglo American, em Conceição de Mato Dentro, Minas Gerais. A reunião, que ocorreu em um ginásio poliesportivo em Diamantina, começou por volta das 13:30 e terminou em torno da meia-noite. Foi marcada pela truculência e a presença de significativo contingente policial. Fortemente armados, os policiais se posicionaram nas costas dos atingidos, em sua maioria mulheres e homens idosos, lavradores, que desde 2008 lutam por seus direitos, sistematicamente violados em todo o curso desse licenciamento ambiental.

À violência policial, que culminou com a detenção de dois ambientalistas no final da noite, somou-se a violência dos posicionamentos de conselheiros, que em suas falas chamaram os atingidos, juntamente com ambientalistas e acadêmicos, de oportunistas, ignorantes e pessoas de má fé.

O Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, Alceu Torres Marques, marcou presença junto aos conselheiros durante toda a reunião, sem contudo conduzir os trabalhos, como seria a praxe, sendo ele presidente do COPAM. Questionado sobre a pressa com que o Governo de Minas pautou a Licença de Operação, em duas reuniões seguidas com intervalo de 10 dias, Alceu reconheceu a ineficiência da SEMAD, mas ainda assim disse, em voz de comando, que era hora de votar a Licença de Operação da Anglo American.

Apesar do pedido feito pelo MPMG, em seu relatório de vistas, para o processo ser baixado em diligência, a licença foi votada e concedida, mesmo com o número significativo de condicionantes não cumpridas nas fases anteriores do licenciamento. O universo dos atingidos continua não caracterizado desde a Licença Prévia, assim como os impactos ambientais, sobretudo a questão da água para os moradores que moram a jusante da barragem de rejeitos, e que dela necessitam para sua sobrevivência. A mortandade de peixes, incidente ocorrido no final de agosto, permanece sem explicação definitiva.

Os técnicos da SUPRAM, sabatinados pelos atingidos e por dois dos conselheiros – os representantes do MPMG e da ONG Caminhos da Serra – não responderam de forma satisfatória às indagações, revelando incompetência técnica e irresponsabilidade. Assim, entre outras falhas, não foi apresentado um plano emergencial, e nem disponibilizados os dados para avaliar os riscos de incidentes oriundos da barragem de rejeitos, o que se faz necessário após a contaminação química do córrego Passa Sete, que resultou na eliminação completa da ictiofauna (peixes), sem sinais de recuperação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

A LO foi concedida sob protestos, em um ato autoritário e irresponsável, uma vez que os próprios técnicos da Supram admitiram não ter responsabilidade para com o cumprimento das condicionantes pela Anglo American. Só quatro conselheiros tiveram a lucidez e dignidade de votarem contra a concessão. A eles nosso reconhecimento: Alex Mendes Santos (ong Caminhos da Serra), José Antônio de Andrade (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais – FETAEMG), Dr. Felipe Faria de Oliveira (MPMG) e o representante da Polícia Ambiental.

Os outros se tornaram responsáveis por todos os crimes e violações cometidos contra Conceição de Mato Dentro e região, sua gente e seu presente e futuro. Sobre eles falaremos na próxima nota, com mais detalhes sobre esta reunião.

Este triste episódio escancara a decadência do Sistema Ambiental mineiro, refém de articulações político-eleitorais, de currais coronelistas regionais e de interesses econômicos privados.

ARTICULAÇÃO DA BACIA DO RIO SANTO ANTÔNIO

–

Enviada por Andréa Zhouri.



Articulação Popular São Francisco Vivo entrega representação ao MPF pedindo moratória para o Velho Chico

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.09.2014

A Articulação Popular São Francisco Vivo protocolou na última semana uma Representação junto às unidades do Ministério Público Federal na Bacia do São Francisco exigindo Moratória para o Rio com a suspensão de novos licenciamentos e outorgas de águas para grandes e médios projetos e a revisão dos já concedidos.

O documento pede que o MPF tome as “medidas cabíveis contra os agentes governamentais e privados que violam direitos ao promover ou se omitir frente a degradação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, mais evidente no atual quadro de estiagem”.

A representação foi assinada por mais de 70 entidades, entre associações, sindicatos, institutos, movimentos, pastorais, ONGs e comunidades ligadas à Articulação e entregue aos MPFs em Aracaju (SE), Barreiras (BA), Guanambi (BA), Maceió (AL), Montes Claros (MG) e Petrolina (PE).

O documento tem como base o Manifesto Moratória São Francisco Vivo, publicado pela Articulação no dia 27 de agosto de 2014, que aponta algumas das evidências de deterioração do rio nas quatro regiões da Bacia, com suas graves consequências para a população e demais espécies que convivem e dependem de quantidade e qualidade das águas.

Em Pirapora-MG, cerca de 300 pessoas fizeram um ato de protesto, no dia 18 de setembro, à beira do rio quase seco para dar-lhe um gole d’água e exigir a Moratória.

Em Sergipe, o documento entregue à Procuradoria da República contou também com a assinatura de D. Mário Sivieri, bispo de Propriá, representando mais de 2 mil pessoas presentes na 36ª Romaria da Terra, em Borda da Mata, à beira do São Francisco, no município de Canhoba.

Confira a íntegra da Representação

Ato Público em defesa do Rio

No próximo dia 18 de outubro será realizado um Ato Público em defesa do Rio São Francisco, na cidade de Bom Jesus da Lapa (BA). O ato tem o objetivo de denunciar a grave situação do rio, que está com o nível de água mais baixo já visto, e exigir a Moratória.

Entidades que assinaram a Representação:

Alto São Francisco

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Articulação Vazanteiros em Movimento

Associação do Projeto de Assentamento Novo Horizonte

Associação do Projeto de Assentamento Nova Esperança

Associação Quilombola de Praia

Associação Quilombo da Lapinha

Associação da Ilha de Pau de Léguas

Associação dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha da Capivara e Caraíbas

Comunidade Croatá

MPP Nacional/Minas

Povo Indígena Xakriabá

Sindute de Minas Gerais

CIMI – MG

CPT – MG

CPP MG

AJAM

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Itaúna e Região

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Três Marias

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Pirapora

CSP – Conlutas Central Sindical e Popular

Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ouro Preto

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Itaúna e Paraisópolis

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São João Del Rei

Médio São Francisco

Acampamento Pedro Pires Nogueira – Malhada – BA

Agência 10envolvimento – Barreiras – BA

Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Remanescente do Quilombo de Tomé Nunes – Malhada – BA

Associação Quilombola de Lagoa do Peixe – Bom Jesus da Lapa – BA

Associação Quilombola Agropastoril Cultural de Araçá-Volta – Bom Jesus da Lapa – BA

Associação de Desenvolvimento Comunitário Clube de Mães de Malhada – BA

Associação Ambientalista Viva Verde – Côcos – BA

Centro de Agroecologia no Semiárido – CASA – Guanambi – BA

Comissão Pastoral da Terra do Sul e Sudoeste da Bahia

Comissão Pastoral da Terra do Centro Oeste da Bahia

Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia

Escola Família Agrícola Padre André – EFAPA

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Organização das Pessoas Portadoras de Câncer e Chagas – ORGAPECC – Malhada – BA

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Côcos – BA

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe – BA

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Correntina – SINDTEC

Sindicato de Servidores Públicos Municipais de Malhada – SISPUMMA

Submédio São Francisco

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto (BA)
Comissão Pastoral da Terra – Centro Norte (BA)
Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)
Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)
Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)
Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento de Pescadores e Pescadores (MPP)
Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP Diocese de Juazeiro)
Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade (SAJUC)
Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias dos municípios de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova, Sobradinho e Sento Sé (SINTAGRO)
União das Associações do Vale do Salitre (UAVS).

Baixo São Francisco

Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros “Santa Cruz” – SE

Associação Brejograndense de Criadores de Abelhas e Artesãos (Abeca) – SE

STTR Brejo Grande – SE

Instituto Braços – SE

Associação Remanescente de Quilombola Dom José Brandão de Castro – SE

Movimento Nacional dos Direitos Humanos de Sergipe (MNDH-SE)

Comissão Pastoral da Terra – BA

ONG Carranca – SE

Sindicato dos Trabalhadores Rurais – SE

Sociedade Beneficente de Propriá – SE

Cáritas Diocesana de Propriá – SE

Associação Agrícola Kanajé – AL

UFAL/ICHCA/História – AL

Associação Rural São João Batista – AL

CIMI – AL

Comissão Pastoral da Terra – AL

OFMCAP – AL

JUFRA – AL

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Início do projeto Minas-Rio é aprovado por conselheiros mudos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.09.2014

Justiça Global

Após 11 horas de reunião do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em Diamantina, Minas Gerais, a licença de operação para dar início ao projeto Minas-Rio, da britânica Anglo American, foi liberada. Apesar disso, várias condicionantes que se arrastam desde a licença prévia não foram cumpridas, justificando os quatro votos contra, entre eles o do Ministério Público Estadual.

Dos quase 20 conselheiros, a maioria sequer se pronunciou, já que, para votar em favor da liberação da licença, não era necessária qualquer justificativa. Mas os conselheiros que votaram contra tiveram que justificar a sua opção, e citaram a mortandade de animais pela contaminação dos rios e o desabastecimento de água para as famílias atingidas.

O maior projeto de mineração em instalação em Minas Gerais foi então aprovado por conselheiros que não falam, sob a supervisão do secretário de Meio de Ambiente de Minas Gerais, Alceu Torres, e da diretoria da Anglo American. Com uma licença ambiental para inglês ver, o silêncio autorizou a empresa a continuar a poluir.

Saiba mais sobre o processo de licenciamento do projeto Minas-Rio.

<http://global.org.br/programas/licenca-irregular-para-mineracao-pode-ser-dada-em-meio-a-destruicao-e-mortandade-de-peixes-em-cidade-de-mg/>



Com barco próprio, Corumbá fortalece atendimento nas regiões ribeirinhas
SÍTIO PÉROLA NEWS, 01.10.2014

Décimo primeiro maior município do Brasil em extensão territorial, sendo o primeiro fora da região Norte do País, Corumbá tem quase 65 mil quilômetros quadrados e abriga 60% de todo o Pantanal sul-mato-grossense. Mesmo nos locais mais distantes da zona urbana, existem comunidades inteiras que encaram a falta de infraestrutura básica, como água encanada e energia elétrica, por exemplo, para viverem da pesca e de pequenas plantações.

E apesar da dificuldade de acesso, a Prefeitura de Corumbá garante atendimento o médico, social e educacional para esta parcela da população. Esse trabalho é realizado principalmente pelo Programa Social Povo das Águas, mas agora conta com mais um importante reforço. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) destinou uma embarcação para uso exclusivo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

O barco possuiu 12 lugares e é equipado com duas barracas de montagem rápida, quatro mesas retráteis, cadeiras e até um gerador de energia. "Com o apoio deste veículo, estamos podendo atender com mais qualidade e agilidade as comunidades ribeirinhas de Corumbá, mesmo as que estão mais distantes", afirmou a coordenadora do Cras Itinerante, Lilia Maria Bezerra.

A embarcação é ideal para o transporte de equipes e materiais necessários para oferta dos serviços e ações de proteção social básica, com objetivo específico de viabilizar atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza e que residam em comunidades com espalhamento ou dispersão populacional devido às características específicas.

A lancha social permite ainda a oferta prioritária dos serviços e ações da Proteção Social Básica e, se necessário, outros serviços e ações socioassistenciais no âmbito do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), ampliando a atuação junto às famílias e comunidades que vivem em regiões ribeirinhas de forma mais regular e sistemática.

Na última terça-feira, 30 de setembro, a equipe esteve na região do Porto da Manga, onde realizou um trabalho de fortalecimento de vínculos com crianças de região. "Fizemos ainda um trabalho de prevenção ao uso de drogas, tanto as lícitas quanto as ilícitas", detalhou o assistente social Saturnino Almeida, integrante da equipe do CRAS Itinerante e que conta também com psicólogo e técnicos da equipe volante.

"Hoje temos cerca de 80% das famílias ribeirinhas cadastradas no Programa Bolsa Família, do Governo Federal. E as que não estão ou é por não se enquadrarem no perfil social do programa ou por falta de documentação. Esta última situação poderá ser resolvida de forma mais rápida com o apoio desse barco. Ou trazemos as pessoas à cidade ou buscaremos parcerias para levar os órgãos responsáveis até essas comunidades", completou Lilia Maria.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

O trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania nas regiões ribeirinhas será apresentado na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, evento coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e que acontece em Brasília, de 13 a 19 de outubro deste ano.

Por: Da Redação



Governo garante terra e investimentos na agricultura para quilombolas de Goiás
SÍTIO MDA, 01.10.2014

Os quilombolas de Monte Alegre (GO) têm, agora, mais motivos para permanecer no campo e preservar a herança dos ascendentes. A terra pela qual lutaram tanto, agora é deles graças ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fizeram a entrega oficial nesta terça (30/09). O ministro Laudemir Müller participou da cerimônia de entrega de 31 mil hectares para a comunidade Kalunga. Cerca de R\$ 34 milhões já foram investidos na região. No total, 56 mil hectares já foram desapropriados.

"Este é um ato histórico, é o reconhecimento da luta que esse povo protagonizou para criar seus filhos, produzir o alimento e preservar a cultura quilombola nessas terras", afirmou o ministro, anunciando Chamada Pública para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que deve beneficiar 1,1 mil famílias quilombolas. "O Governo Federal trabalhou para indenizar também os fazendeiros que ocupavam as terras. Dessa forma, o município de Monte Alegre é um território de paz, sem conflitos", concluiu.

Emoção e preservação

Maria Helena Rodrigues, 26 anos, ficou emocionada ao falar sobre o motivo de permanecer no campo com os companheiros kalungas. Nascida e criada na comunidade, ela está cursando licenciatura em Educação no Campo no campus da Universidade de Brasília (UnB), em Planaltina. O curso superior, segundo ela, é para ajudar a preservar a herança dos ascendentes quilombolas.

"Dá um arrepio só de pensar que o sonho do meu povo está, enfim, se realizando. Um sonho que começou há muito tempo, antes mesmo de eu ser gerada. Essas concessões são resultado de uma luta constante e marcam o início de um novo tempo para os Kalunga", comemorou Maria Helena.

Acesso às políticas públicas

Com o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, o Governo Federal garante às famílias kalungas segurança jurídica, direito às políticas públicas e um incentivo a mais para dar continuidade às tradições quilombolas. A cerimônia de entrega dos contratos de concessão marcou um momento importante para a reforma agrária. Desde 2010, o Incra e o MDA trabalham na desapropriação das terras.

História

A comunidade Kalunga fica nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina. No total, 600 famílias quilombolas vivem num território de 261 mil hectares. A terra pertence

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

oficialmente aos Kalunga desde 2000, quando foi titulada pela Fundação Cultural Palmares, mas os fazendeiros da região continuaram morando nas terras.

A comunidade Kalunga foi criada por escravos que fugiram das minas de ouro de Goiás ou que foram abandonados com a falência dos mineradores. A comunidade tem 600 famílias.

Ranyelle Andrade/MDA



Hidrelétrica no Tapajós é adiada para 2020

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 01.10.2014

Brasília - A maior hidrelétrica prevista para ser construída no País acumula mais de quatro anos de atraso em relação ao cronograma originalmente previsto. A situação da megasina de São Luiz do Tapajós, no Pará, tem obrigado o governo a buscar outras alternativas para suprir a demanda futura de energia.

Desenhada para retirar 8.040 megawatts das águas do Rio Tapajós, a usina tinha previsão de iniciar suas operações em janeiro de 2016, segundo cronograma da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Hoje, o prazo mais otimista joga essa data para agosto de 2020.

As dificuldades para realizar o leilão de São Luiz estão diretamente ligadas à complexidade socioambiental do empreendimento, com impacto em unidades de conservação ambiental e terras indígenas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) decidiu na terça-feira, 30 de setembro, rejeitar a viabilidade do projeto. A decisão, revelada no portal Estadão.com, foi tomada após análise dos dados do estudo sobre impactos indígenas da usina. O levantamento foi elaborado por uma empresa contratada pela Eletrobrás, estatal que encabeça o projeto.

Em seu parecer, a Funai conclui que São Luiz significa 14 impactos negativos aos índios e terras indígenas - seis dos quais, irreversíveis. Na avaliação da autarquia, o projeto é inconstitucional por alagar áreas indígenas, o que é proibido pelo artigo 231 da Constituição.

O parecer da Funai, assinado pela presidente Maria Augusta Assirati, deve ser encaminhado entre esta quarta-feira, 01, e a sexta-feira, 03, ao Ibama, a quem caberá fazer a avaliação conclusiva sobre a viabilidade da usina. A Funai não comenta o assunto. Pelas regras do licenciamento ambiental, a Funai não tem poder de paralisar o empreendimento, ou seja, se o Ibama entender que a usina é viável, poderá apresentar justificativas e ações de compensação ao índios e, dessa forma, liberar o licenciamento ambiental da obra.

Tamanho

O atraso de São Luiz compromete o planejamento energético devido à sua magnitude. Dos 18 novos projetos hidrelétricos previstos para entrar em operação entre 2019 a 2023 - um conjunto de usinas que soma 14.679 MW -, a usina de São Luiz representa sozinha 55% de toda energia.

Prevista para ser a primeira hidrelétrica construída no Tapajós, São Luiz seria alimentada por um reservatório com área de 729 quilômetros quadrados e uma barragem de 7,6 quilômetros de extensão. Apesar de o governo insistir que o empreendimento não afeta terras indígenas, há aldeias situadas a poucos quilômetros do ponto previsto para a barragem, como a Sawre Muvbu, de índios mundurucus.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

O governo alega que essas terras não foram homologadas e que, por isso, não poderiam ser reconhecidas como terra indígena. O jornal O Estado de S. Paulo apurou, no entanto, que pedidos de homologação de terras foram feitos anos atrás, mas o processo não avançou. Até dois anos atrás, a Funai em Itaituba (PA) já tinha identificado cinco aldeias dos índios mundurucu na região - uma população de aproximadamente 500 pessoas. Há uma forte apreensão sobre a reação dos índios que vivem no Alto Tapajós, onde nasce o rio, na divisa do Mato Grosso com o Pará. Aproximadamente 12 mil índios mundurucus habitam essa região.

As polêmicas do projeto não se limitam aos atritos com os índios. Para viabilizar a usina, o governo reduziu, em 2012, as áreas de florestas protegidas na região. No último dia 17, o governo chegou a anunciar que faria o leilão de São Luiz em dezembro. Um dia depois, o Ministério de Minas e Energia cancelou o certame, que agora não tem data para ocorrer. Procuradas pela reportagem, a Eletrobrás e a EPE não responderam os pedidos de entrevista. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Indígenas fecham a PA-153 por melhorias na saúde

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 01.10.2014

Índios da etnia Asurini interditam a rodovia PA - 153, no sudeste paraense, próximo aos municípios de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia. O bloqueio começou ontem (31) e segue sem previsão de término.

A tribo pede mais investimentos para tratar da saúde da aldeia e a presença de representante do Ministério Público Federal para comprovar e fiscalizar as denúncias.

Cerca de 60 indígenas vivem na tribo e reclamam que só há um posto de saúde improvisado na aldeia para atender as demandas. Segundo eles, há dois meses não chegam novos medicamentos. Só um enfermeiro tenta mediar as situações de emergência.

O MPF irá mandar representante apenas na sexta-feira (3).

(DOL)

Reconhecimento e acesso aos direitos indígenas aumentam, mas profunda desigualdade persiste

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.10.2014



Marcela Belchior – Adital

Na última década, houve avanços no acesso à saúde e educação das 45 milhões de pessoas indígenas que vivem na América Latina, que representam 8,3% da população do continente. Esse público tem tido mais acesso à saúde e à educação, além de conquistado progressos no reconhecimento de seus direitos territoriais e de sua participação política. Ainda assim, há muito o que melhorar. A informação faz parte do novo informe da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

O documento Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos contribuiu para os debates levantados durante a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 22 e 23 de setembro deste ano, em Nova York. Além disso, o levantamento

CONT.



colabora como uma referência para o processo de implementação e prosseguimento da agenda de desenvolvimento pós-2015.

De acordo com o informe, importantes avanços no acesso a serviços de saúde se refletem em melhorias nos indicadores de atenção ao parto e de mortalidade infantil entre os indígenas de vários países. O índice de morte de crianças de até cinco anos de idade foi reduzido entre os anos 2000 e 2010, em pelo menos nove países: Costa Rica, México, Brasil, Venezuela, Equador, Panamá, Guatemala, Peru e Bolívia. Além disso, pelo menos 17 países latino-americanos dispõem de estrutura estatal com a competência específica de gerir a saúde intercultural.

No setor da educação, a Cepal aponta um aumento nas taxas de frequência escolar em todos os níveis de ensino. Pelo menos oito países da América Latina apresentam um percentual de presença em sala de aula de 82% a 99% entre os estudantes de seis a 11 anos de idade, nos anos 2010 e 2011. Entretanto, permanecem lacunas significativas no acesso dos indígenas à educação de nível médio e superior.

No que tange aos progressos no reconhecimento dos direitos territoriais dessa população, entre eles o direito à propriedade coletiva de terras, o estudo indica avanços na região, especialmente com relação à demarcação e titulação de terras. No entanto, permanecem estagnadas iniciativas para controle territorial, incluindo o uso de recursos naturais. Nesse âmbito específico, houve, entre 2010 e 2013, mais de 200 conflitos em territórios ameríndios ligados a atividades extrativistas de hidrocarbonetos e mineração.

Foi constatado também aumento da participação política dos povos indígenas, refletido em um contínuo fortalecimento de suas organizações sociais e no estabelecimento de alianças políticas. Ainda assim, o segmento segue ocupando escassa representação em órgãos dos poderes do Estado nos diversos países da América Latina. Houve avanços também no que se refere ao respeito às instituições e sistemas de autogoverno dos povos indígenas, mesmo que prossiga insuficiente diante de instâncias internacionais, que reconhecem o direito fundamental à livre determinação desses povos.

Incremento no número de índios

Dos 45 milhões de indígenas que existem na América Latina, 17 milhões vivem no México e outros 7 milhões no Peru. Os países com maior proporção dessa população no continente são Bolívia (62,2%), Guatemala (41%), Peru (24%) e México (15,1%). Atualmente, é possível apontar um incremento do número da população indígena, que contabilizava 642 povos em 2006 e, hoje, soma 826 povos indígenas em território latino-americano. Segundo a Cepal, isso se deve ao aperfeiçoamento dos levantamentos estatísticos e à incidência dos povos indígenas às lutas pelo seu reconhecimento.

Desse número, o Brasil abriga a maior quantidade de etnias indígenas (305), seguido da Colômbia (102), Peru (85), México (78) e Bolívia (39). Muitas delas se encontram em risco de desaparecimento físico ou cultural, como foi constatado em território brasileiro (70 etnias ameaçadas), colombiano (35) e Bolívia (13). Além desses, estima-se que haja outras 200

CONT.



etnias em isolamento voluntário na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela.

De acordo com a Cepal, o potencial de crescimento da população indígena é maior em relação à não indígena em pelo menos cinco países (Brasil, Equador, México, Panamá e Venezuela), uma vez que sua estrutura etária é mais jovem e suas taxas de fecundidade são mais elevadas. O documento também revela que a migração interna recente é menor entre os povos indígenas do que entre a população não indígena. No México, Peru, Uruguai e Venezuela, a maioria dos índios vive na zona urbana.

Censos recentes de nove países latino-americanos também confirmam a existência de profunda lacuna digital. No Equador, Panamá, Peru e Venezuela, a amplitude de acesso à Internet em lares não indígenas é até seis vezes superior em relação aos lares não indígenas.

Resistência gera nova relação política

Segundo a secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena, esses avanços encontram obstáculos para sustentar-se ou expandir-se e a região deve enfrentar desafios referentes à heterogeneidade estrutural, vulnerabilidade externa e persistência de altos níveis de desigualdade social. Porém, a resistência desse segmento se expressa, hoje, na instauração de novos statuspolíticos e territoriais, assim como novos modos de relação institucional entre os Estados e os povos indígenas.

“É necessário redesenhar os equilíbrios entre o Estado, o mercado e a sociedade para construir pactos em que contribuam aqueles atores que garantam acordos políticos de longo alcance. (...) Um os principais desafios nessa matéria é a integração dos direitos dos povos indígenas em um novo modelo de governança dos recursos naturais”, avaliou Bárcena, no documento.

“Os conhecimentos ancestrais, as inovações e práticas tradicionais dos povos indígenas para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, assim como o desenvolvimento das diferentes modalidades coletivas das economias indígenas, oferecem uma oportunidade valiosa para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado em uma mudança estrutural para a igualdade e sustentabilidade”, indicou a secretária.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Ruralista: você não nos alimenta e não nos representa!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.10.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=f4Euu4Az-YM

Embora de setembro de 2013, vale rever este vídeo, que explica o círculo vicioso do lucro ruralista, que gera pouco emprego, não nos alimenta e ainda escraviza pessoas e animais.
#baixaabolaruralista



UNFPA e SEPPIR abrem vagas para consultoria em Saúde da População Negra
SÍTIO SEPPIR, 01.10.2014

Com inscrições até 10 de outubro, o edital visa contratar consultor(a) para "Mapeamento sobre estágio de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN e Gestores de Saúde da População Negra". Interessados(as) podem enviar carta de apresentação, currículo e documentos que comprovem experiência para o e-mail selecao@unfpa.org.br

SEPPIR – Estão abertas, até 10 de outubro, as inscrições para interessados(as) em atuar no "Mapeamento sobre estágio de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN e Gestores de Saúde da População Negra". Carta de apresentação, currículo e documentos que comprovem experiência podem ser enviados para o e-mail selecao@unfpa.org.br, com o assunto "Estudo sobre implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra".

O contrato tem vigência de 15 de outubro a 20 de março de 2015 e prevê remuneração de R\$ 15 mil para o/a profissional selecionado/a, cuja atuação será em São Paulo – SP. O edital é promovido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, no âmbito do "BRA5U104 – Projeto Fortalecendo as ações da SEPPIR nas áreas de saúde, políticas para juventude e políticas para comunidades quilombolas".

Para se candidatar, é necessário ter formação superior, preferencialmente na área de Saúde; cinco a 10 anos de experiência de pesquisa em Saúde Coletiva e/ou Saúde Pública, preferencialmente na área de políticas públicas de saúde. É desejável também possuir experiência anterior de atuação em saúde da população negra (pesquisa e/ou gestão); com Instituições de Governo, Conselhos de Saúde, Conselhos de Secretários de Saúde; e/ou com Agência das Nações Unidas.

Exige-se, ainda, que o(a) candidato(a) tenha conhecimentos básicos sobre o SUS – Sistema Único de Saúde; conheça a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Estatuto da Igualdade Racial; possua capacidade de análise e síntese, de comunicação oral e escrita, além de abertura para responder positivamente a diferentes pontos de vista e críticas em relação a sua atuação individual e coletiva, bem como realizar ajustes necessários.

Informações e sensibilidade para acolher e trabalhar com diversidade cultural, étnica e religiosa, de orientação sexual e identidade de gênero, bem como capacidade de organização e cumprimento de prazos, são itens que complementam a lista de requisitos desejáveis.



Conselho do Ministério Público discute acesso à justiça para jovens negros

SÍTIO SEPPIR, 01.10.2014

Evento integrou ações do Protocolo de Intenções firmado entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) e órgãos do poder judiciário

SEPPIR – “As Barreiras de acesso à Justiça aos Jovens Negros em Situação de Violência” foi tema da audiência pública realizada no Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em Brasília-DF. Na atividade, realizada no dia 17 deste mês, foram abordadas pesquisas que apontam as maneiras como a desigualdade racial se apresenta no sistema judiciário e na sociedade.

O primeiro painel, intitulado o “Controle externo da atividade policial e combate ao racismo”, foi conduzido pelo professor Evandro Charles Piza Duarte, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB. O docente apontou situações desfavoráveis à população afro-brasileira, grupo que compõe a maior parte dos encarcerados e vítimas de homicídios no país, conforme aponta o Mapa da Violência 2014.

O pesquisador questionou o fato de as confissões realizadas nas delegacias serem feitas sem garantias mínimas, ‘sob pressão’, e sem acompanhamento de um advogado. “A juventude negra, de periferia, dificilmente tem acesso a esses benefícios”, afirmou.

Foram destacados, ainda, os critérios utilizados para a abordagem policial. “É impossível a gente conceber uma sociedade na qual um jovem seja abordado 80 vezes em um ano. Ainda que seja um caso extremo, mas essa sociedade não tem um padrão de respeito aos direitos humanos”, acrescentou, citando como exemplo um jovem negro frequentemente abordado ao ir para a universidade.

Assistência jurídica

“As taxas de mortalidade reproduzem a desigualdade racial vista no Brasil”, afirmou Danilo de Souza Moraes, sociólogo e doutorando pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Ao abordar o tema “Assistência jurídica para jovens negros em situação de violência”, o pesquisador chamou a atenção para os dados da vitimização e encarceramento dos jovens negros.

Danilo citou como exemplo São Paulo, Estado onde ele afirma que uma pessoa negra tem três vezes mais chances de ser morta pela polícia do que uma branca. “Em um Estado no qual aproximadamente 30% da população se autodeclara preta ou parda, isso significa algo muito relevante sob o ponto de vista da desigualdade racial como produto letal da polícia”, afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Segundo o doutorando, dados do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, do Ministério da Justiça, apontam, também, que os negros são os mais prejudicados pelas barreiras de acesso ao sistema judiciário, em especial a juventude. “A situação é perceptível, já que mais de 60% dos encarcerados são pretos ou pardos. Destes, mais de 50% são jovens”.

Protocolo de Intenções

Transmitido em tempo real pelo link www.youtube.com/conselhodomp, o evento integra ações previstas no Protocolo de Intenções firmado entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) e órgãos do judiciário.

Assinado em outubro de 2013, o Protocolo consolida parceria entre a SEPPIR, o Ministério da Justiça (MJ), os Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ), de Defensores Públicos Gerais (Condege), do Ministério Público (CNMP), e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

Com vigência inicial de dois anos, o Protocolo tem por objetivo “a conjugação de esforços dos partícipes pela elaboração e ajuste de políticas públicas e para a implementação de outras medidas administrativas que visem assegurar o enfrentamento ao racismo e a promoção de igualdade racial da Juventude Negra brasileira, nos campos da Segurança Pública, do acesso à Justiça e da melhoria dos serviços prestados pelas instituições do Sistema de justiça”.



Governo Federal avança em reconhecimento da Comunidade Kalunga (GO)

SÍTIO SEPPIR, 01.10.2014

Solenidade de entrega aconteceu ontem (30/09), às 14h, na Escola Bom Jardim, município De Monte Alegre – Goiás

SEPPIR – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concedeu, nesta terça-feira (30), 31 mil hectares de terra à comunidade quilombola Kalunga, por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A iniciativa garante segurança jurídica e assegura a continuidade das tradições da comunidade.

A transferência de posse foi realizada em Monte Alegre (GO), a 303 quilômetros de Brasília. O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, a ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, e o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marco Aurélio da Rocha, participaram da solenidade.

Desde 2010, o Incra trabalha na desapropriação desse território. Cerca de R\$ 34 milhões já foram investidos na região. No total, 17 imóveis foram ajuizados com ações desapropriatórias – correspondendo a 56 mil hectares. Destes, nove estão imitados na posse do Incra, permitindo a autarquia a transferência de posse desses imóveis à comunidade quilombola. A partir da legitimação, o Incra emitirá os títulos definitivos.

A comunidade Kalunga fica nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina. No total, 600 famílias quilombolas vivem num território de 261 mil hectares. A terra pertence oficialmente aos Kalunga desde 2000, quando foi titulada pela Fundação Cultural Palmares, mas os fazendeiros da região continuaram morando nas terras.



Seca no Velho Chico atinge cidades baianas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.10.2014

Crise: Abastecimento, pesca, navegação e atividades agrárias estão prejudicados pela escassez de água na bacia hidrográfica

Yuri Silva, em A Tarde

A seca que atinge fortemente a principal nascente do rio São Francisco, situada no Parque Nacional da Serra da Canastra, em São Roque de Minas, centro-oeste do estado de Minas Gerais, já produziu impactos em todas as regiões da bacia hidrográfica, incluindo as que cortam a Bahia.

De acordo com Márcio Pedrosa – coordenador da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco, esfera do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco –, a seca se alastra “da nascente à foz” do rio, afetando “toda a cadeia econômica e sustentável”.

A possibilidade de racionamento de água já começa a ser considerada pelos responsáveis pela Serra da Canastra. No total, o Velho Chico, chamado também de Rio da Integração Nacional, estende-se por 2.700 quilômetros, sendo o maior curso d’água exclusivamente brasileiro.

Conforme Márcio Pedrosa, essa já pode ser considerada a quarta grande crise de seca desde 1950. “O clima está perguntando desde aquela época se a política desenvolvimentista deve ser essa que está sendo colocada em prática”, criticou ele, referindo-se aos descuidos ambientais.

Segundo Cláudio Pereira, líder quilombola e coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco – área que abrange mais de 40 cidades baianas –, as atividades econômicas locais estão duramente castigadas pela estiagem, que já dura dez meses.

Pereira afirma que “a crise está estabelecida” no estado, mas “não é novidade para o comitê, pois já era prevista”. Entretanto, ele não deixa de responsabilizar os governos pelo que chama de “colapso hidrográfico”.

“Temos dado alertas há dois anos, por conta da forma como os Recursos Hídricos têm sido tratados”, critica Pereira, constatando, em seguida, que “o São Francisco está literalmente seco”.

Causas e efeitos

Entre os motivos atribuídos à seca pelos especialistas está a desordenada captação de água para uso na produção agrícola, além do desmatamento e das queimadas, que inibem a evaporação e causam as estiagens.

CONT.



Como consequência da crise hídrica, dezenas de cidades passam por sérias dificuldades de abastecimento, atividades de pesca estão sendo extintas e produções econômicas dependentes da navegação completamente paradas, já que barcos e lanchas não conseguem trafegar.

As atividades agrárias estão entre as mais afetadas, com morte de gado e falta de capacidade de irrigação.

Segundo o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Anivaldo Miranda, a crise, "iniciada em abril do ano passado no município baiano de Sobradinho", está obrigando o setor elétrico a reduzir ainda mais a vazão (volume de água) da bacia, usando esses recursos para produção energética.

Racionamento

A situação mais crítica se dá na represa de Três Marias, em Minas Gerais, onde o volume útil para geração de energia chega a menos de 5% da sua capacidade normal. Conforme Miranda, a biodiversidade animal está tão afetada que já não se encontram espécies endêmicas (locais) nas águas do Velho Chico.

Na cidade mineira de Pirapora, a prefeitura entrou na Justiça para que as hidrelétricas represassem menos água, a fim de garantir o abastecimento para a população. Mesmo assim, Anivaldo Miranda evita confirmar que exista a possibilidade de racionamento. Ele apenas afirma que deverá acontecer uma "adaptação a novos mecanismos de captação". Ou seja, a busca por água terá que ser feita mais próximo das margens do rio.



Línguas indígenas buscam sua salvação na internet

SÍTIO BLOG ESTADÃO, 01.10.2014

Idiomas locais da América do Sul, como o guarani, falado no Paraguai, buscam criar versões de navegadores próprios

Por Agências

ASSUNÇÃO – A internet, uma das marcas da globalização, que inundou as línguas do mundo com palavras do inglês como web, wi-fi, blogs e o próprio vocábulo “internet”, pode ser também um local de salvação para idiomas minoritários, cuja incorporação à rede os adapta aos novos tempos.

Quando uma linguagem dominante choca-se com uma minoritária, o perigo é que o frágil se restrinja a certos ambientes e seja aniquilado.

A internet, um criador e difusor incomparável de termos originários do inglês, é ao mesmo tempo uma ferramenta para preservar a diversidade linguística.

Não se trata somente da possibilidade de postar guias de aprendizado e gravações de falantes de línguas como o mazateco mexicano, o quíchua equatoriano e o nawat pipil salvadorenho, mas de torná-las mais úteis ao adaptá-las ao ecossistema virtual.

Uma das iniciativas nesse sentido é a elaboração da versão em guarani do navegador Firefox, que é realizada atualmente no Paraguai.

Cerca de 20 estudantes voluntários da Universidade Nacional de Assunção reúnem-se semanalmente para traduzir cerca de 40 mil palavras.

Esse é o léxico dos menus, as mensagens de erro, ferramentas de desenvolvimento e páginas que fazem parte do navegador, disse à Agência Efe Jeff Beatty, engenheiro de “localização” do Mozilla, a entidade sem fins lucrativos que produz o Firefox.

Esse glossário requer a criação de termos que até agora não têm nome em guarani, como o conceito “restaurar sessão”, traduzido como mboyevy, que significa “fazer com que volte o trabalho”, segundo Domingo Aguilera, um especialista da Secretaria de Política linguística do Paraguai, que participa do projeto.

Aguilera disse à Agência Efe que agora tentam gerar as expressões de dentro do próprio guarani, ao invés de simplesmente adotar a palavra em espanhol ou inglês.

Com esta iniciativa buscam “instalar a língua guarani em âmbitos não frequentes e garantir sua sobrevivência”, explicou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

Embora o guarani seja falado por 90% dos paraguaios, segundo o Censo de 2012, e seja também a segunda língua oficial de país, junto com o espanhol, está vinculado em certos setores “à ruralidade e marginalidade”, disse Aguilera.

O projeto permite dar uma potencialidade de um uso mais amplo e “um perfil moderno”, disse.

O Facebook também lançou um projeto para ser traduzido para o guarani, que até não concluiu. Nesse caso o projeto é custeado pela empresa de telefonia Tigo, ao invés de ser realizada por voluntários, esclareceu Aguilera.

O Mozilla, dado seu caráter de fundação, aposta pela colaboração com as próprias comunidades de falantes, que compõem as equipes que trabalham em versões de Firefox para computadores e aparelhos móveis em 230 línguas.

O projeto inclui voluntários que adaptam o espanhol à forma de falar em cada país. Por exemplo, o sistema operacional no México usa o “tu”, enquanto em outras nações emprega o “usted”.

No México, que tem a maior população nativa da América Latina, é onde há mais iniciativas sobre línguas indígenas. Como em guarani, nessas versões os tradutores têm que incorporar novos conceitos.

Guillermo Movia, que coordena as equipes de voluntários na América Latina, citou como exemplo a dificuldade de traduzir “janela” ao zapoteco, porque nas casas desse grupo indígena não há janelas, o que foi resolvido com o uso da palavra nativa para “olho”, explicou à Efe.

Um desafio maior para preservar essas línguas é fomentar a geração de conteúdos na internet, porque não basta poder operar um navegador em zapoteco se não houver nada para encontrar.

/EFE



Prefeito inaugura sede da Secretaria dos Jogos Indígenas e apresenta símbolos dos JMI 2015

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 01.10.2014

O prefeito de Palmas, Carlos Amastha, recepcionou indígenas e imprensa na noite desta terça-feira, 30, para inaugurar a sede da Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas (Seji) e apresentar símbolos, campanhas e ferramentas que ajudarão os desportistas e o público em geral a viver os JMI que acontecerão de 18 a 27 de setembro de 2015 em Palmas.

No evento são esperados mais de 2.500 atletas indígenas oriundos de 30 países, totalizando 22 etnias. "Vamos realizar um verdadeiro resgate destes povos; a humanidade moderna inicia agora o pagamento de uma dívida que ela tem para com eles. Palmas será a primeira cidade do mundo a sediar os jogos iniciando, portanto, os primeiros passos para esta valorização. Palmas é a primeira catalizadora deste sentimento de gratidão", afirmou Carlos Amastha em seu pronunciamento.

Ainda de acordo com o prefeito "existe alguma coisa de muito especial que liga Palmas às questões indígenas. Nossa capital possui diversos pontos turísticos e construções que homenageiam as etnias do Tocantins, sua cultura e seus valores. Aqui no coração do Brasil homens de bem estão trabalhando pelos JMI por respeitar a tradição, a contribuição e a história destes povos."

O titular da Seji, Hector Franco, ressaltou o papel dos parceiros e da comunidade para que os JMI sejam um sucesso absoluto. "Precisamos que todas as pessoas se envolvam e participem, todas as esferas de governo, secretarias podem contribuir. Neste espaço teremos exposições de arte indígena, feiras de artesanato, diálogos e debates, enfim um leque de ações que trazem para o centro das discussões as causas indígenas do Brasil e do mundo", complementou.

Franco falou ainda das parcerias com o Governo Federal no sentido de garantir total segurança aos visitantes e participantes dos JMI. "O ministro Eduardo Cardozo nos garantiu que teremos uma central de monitoramento e segurança como as utilizadas durante os jogos da Copa do Mundo no Brasil", frisou.

Indígena

O articulador indígena dos JMI e representante brasileiro indígena na Organização das Nações Unidas, Marcos Terena, agradeceu ao prefeito Carlos Amastha e aos palmenses pelo carinho com que têm abraçado os Jogos. "Quero agradecer ao povo de Palmas por esta cerimônia e por todos os esforços reunidos que estão possibilitando a realização deste evento grandioso. Digo ainda que não estamos brincando de fazer jogos, vamos realizar um evento com alto nível técnico", destacou Terena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2014

Brasília, 01 de outubro de 2014.

O representante indígena falou também da relação entre os JMI e o meio ambiente. “Vamos trabalhar para que Palmas seja referência em termos de ecologia e sustentabilidade. Temos que deixar um legado para as gerações futuras e é primordial que seja ligado à preservação ambiental”, concluiu.

Após assistirem a apresentação de uma dança tradicional Karajá, o prefeito recebeu um colorido cocar e o símbolo dos Jogos Mundiais, a Lança da Amizade feita pela etnia Xerente e talhada em pau-brasil. A Lança, assim como a Chama Olímpica, será repassada a todos os países que vierem a sediar os Jogos. A lança foi entregue pela estudante Mariana Gabriela Leão Gomes.

O evento contou com a presença de representantes de muitas tribos do estado do Tocantins, vários indígenas estudantes universitários e autoridades municipais.

Fonte: Prefeitura de Palmas



Retenção de cartões pode levar comerciantes de Dourados a indenizar índios em R\$ 1,1 milhão

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 01.10.2014

Ao todo, 102 cartões foram apreendidos em poder de comerciantes. O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul ajuizou ação civil pública na Justiça Federal de Dourados para combater a prática de retenção de cartões de benefícios sociais dos indígenas em estabelecimentos comerciais próximos às aldeias. A ação, ajuizada em novembro de 2013, pede, liminarmente, o bloqueio de bens dos comerciantes para assegurar o pagamento da indenização, estimada em R\$ 1,1 milhão.

O pedido, contudo, ainda não foi apreciado pela Justiça. Na demanda proposta pelo MPF, três comerciantes, flagrados pela Polícia Federal com cartões bancários e documentos dos indígenas, são acusados de causar dano material e moral às comunidades. Eles já foram condenados criminalmente e agora respondem também na esfera civil. Ao todo, 102 cartões foram apreendidos em poder dos comerciantes, 70 deles nas mãos de apenas um dos acusados. Segundo as investigações, no dia do pagamento dos benefícios sociais, os índios eram levados aos bancos pelos comerciantes, que, em posse dos cartões, os “ajudavam” a sacar o dinheiro, conduzindo os indígenas imediatamente aos próprios supermercados para a realização das compras do mês.

Logo em seguida, os clientes eram deixados em casa. Em alguns estabelecimentos foram encontradas senhas dos bancos, notas promissórias e até “ficha de movimentação” do cartão Bolsa-Família. “Com a retenção dos cartões, os índios eram obrigados a comprar sempre no mesmo supermercado, sem qualquer liberdade de escolha e pressionados pela distância de outros estabelecimentos comerciais. A situação é ainda mais grave, porque há indícios de que os saques, realizados pelos comerciantes, eram superiores aos débitos dos indígenas”, destaca o MPF na ação, que enfatiza o abuso da prática ante a “extrema vulnerabilidade social sofrida pelos guarani-kaiojá”.

Pelo dano causado às comunidades indígenas de Dourados, tanto material quanto moral, o MPF pede a condenação dos acusados ao pagamento de indenizações que, somadas, chegam a R\$ 1.193.063,04. O valor, atualizado, deve ser revertido em políticas públicas destinadas aos índios do município. (Com informações da assessoria de imprensa do MPF)



Gestores municipais devem esclarecer falta de serviços públicos em comunidades quilombolas

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 01.10.2014

Defensoria Pública protocolou recomendações, com a finalidade de que sejam adotadas medidas para solucionar a precariedade da região

Da Redação

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio dos Núcleos de Ações Coletiva e Defensoria Pública Agrária, protocolou na quarta-feira, 24, em Natividade, e na quinta-feira, 25, em Chapada da Natividade, as recomendações nº 007/2014 e nº 008/2014, com a finalidade de que sejam adotadas medidas para solucionar a precariedade ou inexistência de vários serviços públicos nas comunidades quilombolas da região. Foi concedido o prazo de 15 dias para a manifestação dos gestores municipais sobre o atendimento às solicitações apresentadas.

A assinatura foi realizada pelo coordenador do Núcleo de Ações Coletivas (NAC), Arthur Luiz Pádua Marques, e pela defensora pública em Natividade, Letícia Cristina Amorim.

Foto:Ascom/Defensoria

Defensoria concedeu prazo de 15 dias para a manifestação sobre o atendimento às solicitações

Em maio, uma equipe da Defensoria Quilombola visitou às comunidades com o objetivo de conhecer a realidade da população e apontar as demandas que precisam ser atendidas em cada município.

Segundo a Defensoria Pública do Estado, as condições encontradas na região, durante atividades do Programa Defensoria Quilombola, em conjunto com instituições e órgãos parceiros, demonstram desrespeito às normas constitucionais e legais por parte dos órgãos competentes. Com isso, violam os princípios da dignidade dos habitantes das comunidades e do mínimo existencial.

A partir destas recomendações, a Defensoria solicita aos dois municípios a apresentarem soluções para o atendimento de urgência e emergência da população de Chapada da Natividade, pois há uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Isto ocorre devido à resistência de servidores do Hospital de Natividade em atender os pacientes que vem do município vizinho.

Para o órgão estadual, esta prática além de poder configurar no crime de omissão de socorro, viola o princípio constitucional da isonomia e de acessibilidade irrestrita aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONT.



Em relação à área da educação, as recomendações solicitam a reestruturação física da Escola Municipal da Comunidade São José, em Chapada da Natividade e da Escola Municipal da Comunidade Redenção, em Natividade, assim como o aperfeiçoamento do planejamento didático-escolar, pois, segundo a Defensoria Pública, o ensino multisseriado praticado nas unidades escolares está comprometendo a qualidade do ensino.

Conforme o órgão estadual, outra demanda comum aos municípios visitados é a necessidade de transporte escolar regular eficiente, bem como rotas adequadas ao percurso dos alunos, para atender integralmente às crianças que residem em áreas rurais e comunidade quilombolas distante até 30 km da sede da escola. Algumas crianças precisam acordar às 4 horas da manhã para usufruir do ônibus escolar, e outras se deslocam em motocicletas por longas distâncias até o ponto de ônibus mais próximo, causando cansaço e afetando o rendimento acadêmico.

Também foi recomendada a recuperação e manutenção das vias que dão acesso às Comunidades Quilombolas e áreas rurais das respectivas regiões, já que as estradas vicinais estão em péssimas condições, conforme relatos da população local.

Chapada da Natividade

Conforme a Defensoria, foi recomendado ao município de Chapada de Natividade a regularização de visita de profissionais da saúde pelo menos uma vez por mês nas comunidades quilombolas e o fornecimento regular de medicação básica.

Além disso, o gestor público deve prestar esclarecimentos sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida que beneficiou 40 famílias do município, uma vez que foram detectadas falhas estruturais e obras inacabadas nas residências de três famílias quilombolas cadastradas, construídas em 2012.

Natividade

A Defensoria solicitou à Natividade um esclarecimento a respeito do abandono da construção da Unidade da Saúde da Família- P.A Jacubinha/Felipa Avelina Dias, na Comunidade Quilombola Redenção. A instituição também requer que sejam elaborados estudos e encaminhados projetos para a obtenção de recursos para a criação de um laboratório de informática na Escola Municipal da Comunidade Redenção, além de providências para a construção de uma ponte para auxiliar no tráfego da comunidade.